



II SEMINÁRIO NACIONAL DE
**GESTÃO DA INFORMAÇÃO
E DO CONHECIMENTO**

(X) CONSÓRCIO MESTRAL (CM)

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE
CONVÊNIOS ENTRE UNIVERSIDADES E FUNDAÇÕES DE APOIO À PESQUISA**

**INFORMATION MANAGEMENT AGREEMENTS BETWEEN UNIVERSITIES AND
RESEARCH SUPPORT FOUNDATIONS**

**GESTIÓN DE LA INFORMACIÓN
ACUERDOS ENTRE UNIVERSIDADES Y FUNDACIONES DE APOYO A LA
INVESTIGACIÓN**

Edilaine de Azevedo Vieira

Especialista

Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil

 0000-0002-7308-8870

E-mail: edilaineazevedo@ufpr.br

Taiane Ritta Coelho

Doutora

Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil

 0000-0003-2607-0704

E-mail: taianecoelho@ufpr.br

Resumo: Diante de um cenário de crise econômica e verbas cada vez mais escassas para a educação e projetos de extensão e pesquisa, este trabalho visa investigar por que as universidades públicas do Paraná devolvem um elevado percentual de recursos provenientes de convênios firmados com a Fundação Araucária. Tem como objetivo geral identificar as causas para o não cumprimento das atividades propostas no plano de trabalho dos convênios. Quanto ao método, será uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Será realizado um estudo de caso e para a coleta de dados pretende-se empregar as seguintes técnicas: entrevista, questionário e pesquisa documental. Como resultado pretende-se apontar

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO 02 a 04 de setembro de 2020

as principais dificuldades encontradas pelas universidades públicas do Paraná em relação à execução dos convênios firmados. Após análise dos fatores que prejudicam a execução e causam devoluções de recursos, a intenção é propor uma forma de monitoramento dos convênios, que acompanhe desde o momento da assinatura deles, toda a fase de execução até a prestação de contas final.

Palavras-chave: Convênios administrativos. Recursos públicos. Agência de Fomento. Gestão da Informação.

Abstract: Faced with a scenario of economic crisis and increasingly scarce funds for education and extension and research projects, this work aims to investigate why public universities in Paraná return a high percentage of resources coming from agreements signed with the Araucária Foundation. Its general objective is to identify the causes for non-compliance with the activities proposed in the work plan of the agreements. As for the method, it will be an exploratory qualitative research. A case study will be carried out and for data collection it is intended to employ the following techniques: interview, questionnaire and documentary research. As a result, it is intended to point out the main difficulties encountered by public universities in Paraná in relation to the execution of the agreements signed. After analyzing the factors that hinder the execution and cause the devolution of resources, the intention is to propose a way of monitoring the agreements, which follows from the moment of signing them, the entire execution phase until the final rendering of accounts.

Keywords: Administrative agreements. Public resources. Funding agency. Information management.

Resumen: Frente a un escenario de crisis económica y fondos cada vez más escasos para la educación y proyectos de extensión e investigación, este trabajo tiene como objetivo investigar por qué las universidades públicas en Paraná devuelven un alto porcentaje de recursos de convenios firmados con la Fundación Araucaria. Su objetivo general es identificar las causas del incumplimiento de las actividades propuestas en el plan de trabajo de los convenios. En cuanto a la metodología, será una investigación cualitativa de carácter exploratorio. Se llevará a cabo un estudio de caso y para la recopilación de datos se pretende utilizar las siguientes técnicas: entrevista, cuestionario e investigación documental. Como resultado, se pretende señalar las principales dificultades encontradas por las universidades públicas en el Estado de Paraná en relación con la ejecución de los acuerdos firmados. Después de analizar los factores que dificultan la ejecución y causan el retorno de los recursos, la intención es proponer una forma de seguimiento de los convenios, que monitoree desde el momento de la firma, todo el proceso de ejecución hasta la rendición final de cuentas.

Palabras clave: Convenios administrativos. Recursos públicos. Financiamiento estatal. Gestión de la información.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da Administração pública, convênio é uma forma jurídica por meio da qual se estabelece com outra entidade pública, particulares ou com uma pessoa jurídica de direito privado (associação ou fundação) um ajuste para a consecução de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração (DI PIETRO, 2009). Um dos convênios comuns de serem firmados é entre as Universidades e as agências de fomento à pesquisa nos diversos estados do país.

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO 02 a 04 de setembro de 2020

As universidades públicas vêm sofrendo cortes nas verbas federais desde 2015. Para agravar o cenário, no primeiro semestre de 2019 houve um contingenciamento do orçamento anual, afetando diretamente as pesquisas e ações de extensão. Ouvia-se muito que as universidades públicas brasileiras estavam à beira de um colapso, pois não haveria recursos financeiros suficientes nem para manutenção das atividades básicas, o que faria com que muitas não tivessem como continuar suas atividades. Diante da falta de recursos, as agências de fomento se tornam vitais para o financiamento das pesquisas (OLIVEIRA FILHO, et al. 2005).

O Brasil conta com 26 Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, tais como FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo, FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul, FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina, entre outras. No Paraná, tem-se a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), cujo objetivo é desenvolver a pesquisa e a inovação no estado. Ela é uma entidade integrante da Administração Indireta do Estado do Paraná, criada por autorização legislativa veiculada na Lei Estadual nº 12.020/1998, e faz parte do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap) (FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, 2019a). A Universidade Federal do Paraná (UFPR) e demais universidades públicas do estado frequentemente firmam convênios com esta fundação.

As ações da FA são operacionalizadas por meio de Chamadas Públicas de Projetos (CPs) e Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público (PI's) com avaliação de mérito científico feita por pares. Esse trabalho se dá mediante estreita relação com as instituições de ensino superior, sendo: federais, estaduais, municipais e privadas sem fins lucrativos e com institutos de pesquisa do Paraná (FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, 2019b).

A atuação da FA no fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico no Estado do Paraná é estruturada em três linhas de ação: a) Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica (e de Inovação); b) Verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores; e c) Disseminação da Pesquisa Científica e Tecnológica (e de Inovação).

Apesar da importância da FA para o desenvolvimento da pesquisa no Estado do Paraná, uma análise breve de dados coletados junto ao TCE-PR revelou que, entre o período de 2013 a 2018, as universidades públicas do Paraná devolveram à FA o montante de R\$ 28.784.002,42 (Vinte e oito milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, dois reais e quarenta e dois centavos). Deste total, R\$ 8.786.712,20 (oito milhões, setecentos e oitenta e seis mil, setecentos e doze reais e vinte centavos) são relativos a devoluções feitas apenas pela UFPR e o restante,

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO
02 a 04 de setembro de 2020

19.997.290,22 (dezenove milhões, novecentos e noventa e sete mil duzentos e noventa reais e vinte dois centavos), devolvidos pelas outras universidades (Quadro 1).

Quadro 1 – Devoluções entre 2013 e 2018 das Universidades a FA

UNIVERSIDADE	Soma de valor repassado (R\$)	Soma de devolução (R\$)
Universidade Estadual de Londrina	30.653.323,00	5.751.706,30
Universidade Estadual de Maringá	34.083.524,98	7.716.709,10
Universidade Estadual de Ponta Grossa	14.925.789,00	1.903.478,09
Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná	16.119.174,16	1.845.814,89
Universidade Estadual do Norte Do Paraná	8.095.932,72	864.001,20
Universidade Estadual do Norte do Paraná - Campus Luiz Meneghel	106.648,00	21.413,28
Universidade Estadual do Norte do Paraná de Cornélio Procópio	36.221,00	11.950,14
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	12.413.054,27	394.602,49
Universidade Estadual do Paraná	6.720.841,43	715.169,19
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza	225.600,00	18.358,58
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	1.853.407,26	357.062,95
Universidade Federal do Paraná	29.190.995,81	8.786.712,20
Universidade Livre do Meio Ambiente de Curitiba	23.661,00	1.616,96
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná - UTFPR	1.411.321,60	395.407,05
TOTAL	155.859.494,23	28.784.002,42

FONTE: TCE-PR (2019).

Conforme o quadro acima, pode-se observar que a UFPR foi a universidade que apresentou maior valor devolvido, mas, não foi a que mais recebeu recursos. A autora desta proposta tem acompanhado as prestações de contas dos convênios firmados entre a UFPR e a FA há um longo período. Empiricamente observa-se que ao final da vigência há devolução de um montante significativo de recursos. Em muitos casos, observou-se que há convênios com gasto inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor repassado.

Ao considerar que os convênios representam uma importante e, muitas vezes, indispensável fonte de receita para a manutenção e implementação de atividades relacionadas à pesquisa, cabe a seguinte questão: Por que as universidades públicas do Paraná devolvem um elevado percentual dos recursos provenientes de convênios firmados com a FA?

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO 02 a 04 de setembro de 2020

Para responder à questão, a pesquisa será delineada a partir de um objetivo geral, sendo: analisar as causas para o não cumprimento dos objetivos propostos no plano de trabalho dos convênios. Para tanto, tem como objetivos específicos: (i) identificar as dificuldades dos coordenadores na gestão de convênios durante a fase de execução; (ii) investigar as soluções para redução/eliminação do montante de recursos devolvidos à FA e (iii) propor um modelo de monitoramento e gestão da informação de recursos financeiros de convênios financiáveis pelas fundações de apoio a pesquisa.

A UFPR possui muitos convênios firmados com a FA, sendo a coordenação deles de responsabilidade dos docentes/pesquisadores. Embora a execução financeira dos convênios fique sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), grande parte das atividades burocráticas acaba recaindo sobre o professor/coordenador (Exemplos: abertura dos processos solicitando aquisições, serviços, viagens, cotações de preços, entre outros). Cabe frisar que a maioria dos coordenadores destes convênios não têm apoio administrativo para auxiliar nas questões administrativas e burocráticas. Há de se ressaltar que os docentes, além de suas atribuições relativas à sala de aula e pesquisa, ao submeterem projetos com vistas a angariar recursos da FA, acabam assumindo, também, estas atividades administrativas. Neste sentido, incluir o docente na pesquisa faz-se necessário, para identificar as dificuldades encontradas por ele na execução dos planos de convênio.

A motivação para realização desta pesquisa foi a percepção de que na UFPR as informações sobre os convênios firmados com a FA acabam ficando dispersas, não há uma base de dados, nem informações completas e fidedignas que permitam uma análise mais aprofundada, de forma a possibilitar a mensuração em relação à execução e eficiência na celebração dos convênios. Percebe-se que esta parece ser uma realidade das demais universidades públicas paranaenses, diante dos valores devolvidos à agência de fomento.

Do ponto de vista institucional, a pesquisa poderá auxiliar a UFPR, bem como as demais universidades do estado, em termos de repensar os procedimentos com base na gestão da informação e conhecimento, e com isso maximizar a utilização dos recursos recebidos via convênios.

Esta proposta de estudo está em consonância com o Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGGI) e com a linha de pesquisa Informação e Gestão Organizacional, tendo em vista a análise de questões informacionais, que poderão contribuir para um curso de ação mais eficiente dos recursos da administração pública. Também se considera interdisciplinar, tendo em vista que engloba diferentes áreas de conhecimento, entre elas: Administração, Ciência da Informação e Gestão Pública.

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

02 a 04 de setembro de 2020

Em relação ao caráter social, os recursos recebidos via FA auxiliam na continuidade dos projetos de pesquisa, sendo importante nas práticas de quem está no meio acadêmico e científico. A otimização dos gastos beneficiará mais pesquisadores. Além disso, a comprovação da eficiência e correta aplicação das verbas dão mais clareza da importância dos projetos e das contribuições trazidas à sociedade. Quanto à contribuição científica, esta pesquisa poderá criar ativos de conhecimento e informação, que produzirão ambientes de aprendizagem, trazendo contribuições significativas às universidades públicas que também façam gestão de convênios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica engloba os seguintes tópicos: a gestão da informação no setor público e convênios com agências de fomento. Estes dois tópicos serão apresentados a seguir.

Na chamada Sociedade da Informação ou do Conhecimento, as informações são essenciais para o processo de tomada de decisão. Santos e Valentim (2014) afirmam que o gerenciamento eficiente dos fluxos informacionais demanda a necessidade de se implantar a gestão da informação e do conhecimento para sua efetividade. De acordo com Nassif, Paula e Crivelari (2019), a gestão da informação e do conhecimento tem como premissa básica de que a informação é um fator que deve ser devidamente gerenciado para subsidiar às organizações - na figura de seus decisores - a tomar decisão de forma acertada.

As instituições apresentam certas dificuldades no desenvolvimento de ações direcionadas aos fluxos informacionais, e, conforme afirma Starec (2006, p. 51): “[...] as empresas quase sempre têm estratégias para administrar recursos humanos, financeiros ou operacionais, mas poucas têm estratégias definidas para gerir o seu fluxo informacional”.

Pereira, Silva e Pinto (2016) afirmam que a informação é reconhecidamente incomensurável e coloca-se cada vez mais o problema da seleção daquela que é pertinente para o trabalho específico, pois a disponibilidade de atenção de cada um é limitada. A questão não é a falta de informação, mas o estabelecimento adequado dos processos de coleta, tratamento, disseminação das informações corretas e relevantes para a solução de problemas organizacionais.

Durante muitos anos a Gestão da Informação foi negligenciada pela Administração Pública, mas sua aplicação no meio ainda é bastante simplória. Embora as instituições públicas, ao contrário das privadas, não trabalhem efetivamente em busca de lucro e diferencial competitivo, elas também precisam acompanhar as mudanças em busca de eficiência, eficácia

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO 02 a 04 de setembro de 2020

e efetividade na gestão da coisa pública, apresentando bons resultados à sociedade (DOMINGOS BERNARDO; SILVEIRA; ALBERTON; ROSA, 2016).

De acordo com Miranda e Streit (2007) os processos de gestão da informação em organizações públicas podem guardar peculiaridades com relação à esfera privada. A organização privada costuma iniciar processos informacionais baseada apenas nas necessidades do seu negócio, já os stakeholders de uma organização pública podem ser todos os cidadãos (pessoas físicas) e, ainda, as pessoas jurídicas que funcionam no país. Os autores ainda mencionam que um processo informacional em uma organização pública pode ser iniciado por diversos motivos: melhorar a efetividade de sua missão; assegurar o acesso (ou a privacidade) de um cidadão ou empresa com relação a determinadas informações de interesse público; prestar contas à sociedade sobre os programas e serviços sob sua responsabilidade; tornar mais transparentes as ações e decisões do governo; preservar os registros sociais, econômicos, e históricos do país; etc.

Neste contexto a gestão da informação é indispensável na gestão de convênios. Quando uma instituição pública firma convênios com agências de fomento, a gestão destes acaba representando um mecanismo para o controle social - ou seja, a população pode fiscalizar e monitorar a execução dos mesmos.

Em relação aos convênios, Leão (2018) afirma que:

eles têm sido, um instrumento importante como fonte de receita para a implementação das atividades das entidades de interesse social. No âmbito da administração pública, muitos programas de fomento acontecem sob a forma de convênios. Os convênios têm natureza de um acordo, colaboração, parceria firmada com outra entidade pública, com particulares ou com uma pessoa jurídica de direito privado (associação ou fundação), com interesses comuns dos partícipes, objetivando o interesse público, sem intenção de lucro. (LEÃO, 2018, p. 25)

Conforme Magalhaes (2012), convênio é o acordo de cooperação celebrado pela Administração, em parceria com a iniciativa privada ou com outros entes estatais, no intuito de buscar o atendimento de finalidades públicas. De acordo com a Lei 8.666/93, nos convênios públicos obrigatoriamente deverá constar os requisitos do §1º, art. 116:

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I- identificação do objeto a ser executado;

II- metas a serem atingidas;

III- etapas ou fases de execução;

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO 02 a 04 de setembro de 2020

IV- plano de aplicação dos recursos financeiros;

V- cronograma de desembolso;

VI- previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

De acordo com PALHARES (2011), as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) têm ganhado muita força nos últimos anos. Não só porque a maioria dos estados brasileiros já tem a sua própria fundação, mas também porque essas agências recebem a cada ano mais recursos, aumentando o seu campo de ação.

Um das fontes de financiamento das Universidades Federais para execução de suas funções vem dos recursos provenientes de convênios (BARBOSA, 2000 apud DALTO; MARTINEZ 2014) sendo a segunda maior fonte de recursos (FREITAS et. al, 2005 apud DALTO; MARTINEZ 2014) e representam uma forma de parceria no qual aos partícipes são atribuídas regras rigorosas, no cumprimento dos acordos pactuados com interesses comuns (PECI et. al, 2008 apud DALTO; MARTINEZ 2014). Os valores repassados às entidades privadas para execução de convênio têm a natureza de dinheiro público.

Conforme aponta Azevedo (2014) o convênio precisa observar algumas diretrizes e cita: o alinhamento ao Plano de Trabalho; a relação de itens e relação de equipe executora, aprovados na avaliação de mérito, ou alterados através de solicitações feitas à concedente de recursos; o cumprimento dos prazos de execução física e financeira; as prestações de contas e cumprimento das cláusulas estabelecidas no instrumento contratual. Ressaltando que as atividades de fiscalização, de controle e de prestação de contas são elementos fundamentais nos Convênios.

Ferreira (2005, p.15) diz que “[...] a informação agrega valor quando permite à empresa perceber as oportunidades e as ameaças, detectando tendências e problemas”. Sendo assim, o valor da informação se dá à medida que sua utilização beneficie as ações da instituição e proceda de forma eficaz ao subsídio das tomadas de decisão, o que vem de encontro com o que aponta Tarapanoff (2015), que considera a informação como recurso necessário tanto para a identificação do problema quanto para a implementação da solução, por meio de uma análise dos processos organizacionais para compreender e buscar as mudanças requeridas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa é definida como exploratória. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória, quando na fase preliminar tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO 02 a 04 de setembro de 2020

delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de casos.

Quanto à abordagem, esta pesquisa classifica-se como qualitativa. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Quanto ao método, será realizado um estudo de caso, na UFPR. Estudos de casos são utilizados quando pretendem responder a questionamentos de como e porque, conforme abordado nesta pesquisa (GIL, 2010). A UFPR foi selecionada por critérios de relevância e oportunidade de aprendizado, além de acesso.

Durante a coleta de dados pretende-se empregar as seguintes técnicas: entrevista, questionário e pesquisa documental. Para a identificação dos problemas encontrados pelos coordenadores dos convênios, os meios de coleta dos dados poderão ser estruturados por meio de questionários e/ou entrevistas semi-estruturadas. Quanto a pesquisa documental, pretende-se investigar os convênios firmados entre a FA e as universidades públicas do Estado do Paraná, que foram encerrados no período de 2013 e 2018. A coleta dos dados relativos à execução financeira será por meio da base do TCE-PR, via portal SIT (Sistema Integrado de Transferência), valendo-se da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamenta o direito, previsto na Constituição, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas.

Para a análise dos dados coletados, pretende-se realizar a análise de conteúdo. Bardin (2011) define análise de conteúdo como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p.7).

Para a análise das entrevistas e dos documentos será utilizado o software ATLAS.ti®, ferramenta que ajuda na análise de dados qualitativos e que facilitam a interpretação humana e o gerenciamento dos conceitos gerados, sem qualquer automatização do processo de análise. Para análise dos dados coletados por meio dos questionários, estatísticas descritivas poderão ser realizadas para apoiar a pesquisa.

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO 02 a 04 de setembro de 2020

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Percebe-se que a organização e controle da informação na maioria das instituições públicas ainda dá margem a críticas. Como resultado desta pesquisa pretende-se apontar as principais dificuldades encontradas pelas universidades públicas do Paraná em relação à execução dos convênios firmados. Após análise dos fatores que prejudicam a execução e causam devoluções, a intenção é propor uma forma de monitoramento dos convênios, que acompanhe desde o momento da assinatura deles, toda a fase de execução até a prestação de contas final. Este monitoramento visará contribuir para o alcance da eficiência e eficácia na aplicação dos recursos captados. Poderá identificar os convênios que não estão se desenvolvendo conforme o planejado e comunicar tanto os responsáveis pelo convênio como os gestores da universidade para providências tempestivas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Carla Alessandra Rodrigues de Souza. Prestação de Contas de Convênios com Recursos do FNDCT na Finep: Proposta de Orientações aos Convenientes. 2014. Tese de Doutorado.

BARBOSA, Maria de Nazaré Lins. Convênios e parcerias entre o setor público e o Terceiro Setor: boas práticas em matéria de regime legal. V Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana. 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

DALTO, Crisley do Carmo; NOSSA, Valcemiro; MARTINEZ, Antonio Lopo. Recursos de Convênio entre Fundações de Apoio e Universidades Federais no Brasil: um Estudo dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU). Revista Universo Contábil, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 06-23, jun. 2014. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<https://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3540>>. Acesso em: 14 jul. 2020

DENZIN, Norman Kent e LINCOLN, Yvonna Sessions. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman Kent e LINCOLN, Yvonna Sessions (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO 02 a 04 de setembro de 2020

BERNARDO, Fabiano Domingos; SILVEIRA, Maria Luiza Gesser; ALBERTON, Luiz; ROSA, Marcelo Medeiros. **A Gestão do Conhecimento na Unidade Descentralizada do Serviço de Auditoria do SUS em Santa Catarina**. *Gestão & Planejamento-G&P*, v. 17, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3861/3037>>. Acesso em: 14 out.2019

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, Danielle Thiago. Profissional da informação e gestão do conhecimento: perfil de habilidades demandadas por empresas de recrutamento e seleção de recursos humanos. In: Barboza, Elder Lopes. (2019). *Gestão da informação nas organizações e a atuação do profissional da informação*. *Revista Brasileira De Educação Em Ciência Da Informação*, 6, 91-101. Disponível em: <<https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/103>>. Acesso em: 13 ago.2020

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. **A Fundação Araucária**. Disponível em: <<http://www.faprr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>>. Acesso em: 08 out. 2019a.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. **Manual de procedimentos**: setores de projetos, convênios e prestação de contas. Disponível em: <http://www.faprr.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos/Manual_de_Procedimentos_FA_Aprovado.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019b.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Lei 8.666/93 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm>. Acesso em 05 jun. 2020

LEAO, Ana Cláudia de Andrade Souza. **Barreiras na gestão de programas de fomento à pesquisa em uma instituição de saúde pública**. 2018. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública). Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2018.

MAGALHÃES, Gustavo Alexandre. **Convênios Administrativos: Aspectos Polêmicos e análise crítica de seu regime jurídico**. Atlas, 2012.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MIRANDA, Silvania Vieira de; STREIT, Rosalvo Ermes. O processo de gestão da informação em organizações públicas. I Encontro de Administração da Informação, p. 1–17, 2007.

NASSIF, Mônica Erichsen; PAULA, Claudio Paixão Anastácio de; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Estudos sobre "Gestão da Informação e do Conhecimento" e "Trabalho" no PPGCI: origens, trajetória e perspectivas futuras. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 24, n. spe, p. 102-129, Mar. 2019. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000600102&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 nov.2019.

II SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO
02 a 04 de setembro de 2020

PALHARES, Isabela. Aumento de recursos e articulação propicia ampliação de ações. **ComCiência**, Campinas, n. 129, 2011. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jul. 2020.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/quem-somos/4/area/45>>. Acesso em: 08 out. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

PEREIRA, Fernanda Damiani. **Convênios administrativos: um instrumento de cooperação do Estado para com a coletividade**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/34850/convenios-administrativos-um-instrumento-de-cooperacao-do-estado-para-com-a-coletividade>>. Acesso em 07 jun. 2020.

PEREIRA, Maria Olívia Ferreira; SILVA, Helena de Fátima Nunes; PINTO, José Simão de Paula. A Memória organizacional nos processos de gestão do conhecimento: um estudo na Universidade Federal do Paraná. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 348-374, jun. 2016. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18253>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

SANTOS, Cássia Dias; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais**. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 4, n.2, p. 19-33, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114790>>. Acesso em 30 nov. 2019.

STAREC, Claudio. A dinâmica da informação: a gestão estratégica da informação para a tomada de decisão nas organizações. In: CHAVES, Jorge Bezerra Lopes; STAREC, Claudio; GOMES, Elisabeth. **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 47-66.

TARAPANOFF, Kira (Org.). Análise da informação para tomada de decisão: desafios e soluções. Curitiba: InterSaberes, 2015. 365p. In Barboza, Elder Lopes. (2019). Gestão da informação nas organizações e a atuação do profissional da informação. *Revista Brasileira De Educação Em Ciência Da Informação*, 6, 91-101. Disponível em: <<https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/103>>. Acesso em: 13 ago.2020